

QUESTÃO 01

Com relação ao grau de confiabilidade do sistema de controle interno de cada entidade, sendo este formado pelo conjunto de procedimentos internos, regras, ações de salvaguarda, planos de gestão, segregação de funções, bem como outros elementos, pode-se afirmar:

- A) Não interfere no planejamento da auditoria externa.
- B) Permite que os testes de auditoria externa sejam realizados em plano terciário.
- C) Permite que os testes de auditoria externa sejam realizados em plano primário.
- D) Determina a amplitude dos testes de auditoria externa.
- E) Orienta a execução dos papéis de trabalho da auditoria externa.

QUESTÃO 02

Indique a única alternativa que não constitui objeto de avaliação da auditoria interna contábil:

- A) Avaliação da economicidade dos processos..
- B) Avaliação da integridade dos processos.
- C) Avaliação do PAAR.
- D) Gerenciamento de riscos.
- E) Avaliação da adequação dos sistemas de informações.

QUESTÃO 03

O conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados, é um dos fatores relevantes a serem considerados, pela auditoria interna:

- A) Na confecção de papéis de trabalho.
- B) No arbitramento das provas.
- C) Na definição temática de testes.
- D) Na inserção de referências cruzadas.
- E) No planejamento do seu trabalho.

QUESTÃO 04

Os saldos de contas do balanço patrimonial ou da demonstração do resultado do exercício podem estar errados para mais ou para menos. Portanto as contas contábeis devem ser testadas para superavaliação ou subavaliação. Neste sentido, considerando um contexto de risco calculado, é mais prático:

- A) Dirigir os testes principais de superavaliação para as contas de ativo e despesas e os testes principais de subavaliação para as contas de passivo e receitas.
- B) Dirigir os testes principais de subavaliação para as contas de ativo e despesas e os testes principais de superavaliação para as contas de passivo e receitas.
- C) Dirigir os testes principais de superavaliação tanto para as contas de ativo e despesas e para as contas de passivo e receitas igualmente.
- D) Dirigir os testes principais de subavaliação tanto para as contas de ativo e despesas e para as contas de passivo e receitas igualmente.
- E) Testes de superavaliação e subavaliação não são válidos para estes casos.

QUESTÃO 05

Indique a única alternativa que não afeta a forma e o conteúdo dos papéis de trabalho.

- A) Natureza do vínculo entre testes substantivos, principais e secundários.
- B) Natureza e condição dos sistemas contábeis e de controle interno da entidade.
- C) Natureza do trabalho.
- D) Natureza e complexidade da atividade da entidade.
- E) Metodologia e tecnologia utilizadas no curso dos trabalhos.

QUESTÃO 06

Com relação ao Parecer com Ressalva é correto afirmar:

- A) Deve obedecer a modelo próprio de parecer com ressalva constituído especialmente pelos parágrafos de ressalva.
- B) Se refere à indicação de ressalva em três parágrafos, indicados como contexto, questão e objeto.
- C) Aplica o contexto previsto no parecer com negativa de opinião, com acréscimo de dois parágrafos indicados como contexto e objeto.
- D) Deve obedecer ao modelo do parecer sem ressalva, modificado no parágrafo de opinião, com a utilização das expressões “exceto por”, “exceto quanto” ou “com exceção de”.
- E) Deve obedecer a uma seqüência de parágrafos de acordo com a necessidade de explicar com clareza a questão e o objeto.

QUESTÃO 07

Indique a única alternativa que pode **não** caracterizar fraude no contexto da Auditoria.

- A) Manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados.
- B) Apropriação indébita de ativos.
- C) Ato não-intencional que acarrete aplicação incorreta de normas contábeis.
- D) Supressão ou omissão de transações nos registros contábeis.
- E) Registro de transações sem comprovação.

QUESTÃO 08

O seguro pago antecipadamente em Dez/X1, que deverá ser apropriado à despesa mensalmente até Jul/X2, deve ser classificado no seguinte grupo de contas:

- A) Passivo circulante.
- B) Patrimônio líquido.
- C) Receitas.
- D) Ativo Circulante.
- E) Despesas.

QUESTÃO 09

Do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, a parcela que corresponde ao Fundo de Participação dos Municípios, sobre o montante de quarenta e oito por cento do total arrecadado, é de:

- A) Três por cento.
- B) Vinte e um inteiros e cinco décimos por cento.
- C) Trinta por cento.
- D) Um por cento.
- E) Vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento.

QUESTÃO 10

O Índice de Participação dos Municípios (IPM) representa um índice percentual, pertencente a cada município, a ser aplicado sobre que percentual do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação?

- A) Trinta por cento.
- B) Vinte e cinco por cento.
- C) Dois por cento.
- D) Dez por cento.
- E) Quinze por cento.

QUESTÃO 11

Indique a única alternativa que **não** representa renúncia de receita nos termos da Lei Complementar 101/00:

- A) Anistia.
- B) Remissão.
- C) Subsídio.
- D) Fomento.
- E) Crédito presumido.

QUESTÃO 12

Considerando um sistema de capitalização simples, uma taxa de juros de 2% ao mês, em um período de 3 anos, é equivalente a uma taxa anual de:

- A) 12%
- B) 48%
- C) 72%
- D) 24%
- E) 10%

QUESTÃO 13

Indique o valor dos juros, considerando um ano comercial, produzido por um capital de \$ 5.000 aplicado durante 80 dias a uma taxa de 36% ao ano, em um modelo de capitalização simples.

- A) \$ 186
- B) \$ 75,50
- C) \$ 80,40
- D) \$ 123,82
- E) \$ 400

QUESTÃO 14

Qual o valor atual de um título comercial cujo valor de face é \$ 1.000 com vencimento em 60 dias, taxa de desconto de 10% ao mês, considerando um sistema de capitalização composta?

- A) \$ 826,45
- B) \$ 702,15
- C) \$ 234,76
- D) \$ 345,89
- E) \$ 700,00

QUESTÃO 15

Indique qual o Montante de um valor de \$ 2.000, com juros de 1% ao mês pelo prazo de 5 meses com capitalização composta.

- A) \$ 2.232,03
- B) \$ 2.743,78
- C) \$ 2.102,02
- D) \$ 1.908,76
- E) \$ 1.870,51

QUESTÃO 16

Determinado banco utiliza o sistema de amortização francês e apresenta as seguintes informações sobre a dívida de um cliente: saldo devedor = \$ 45.789,45; amortização = \$ 10.132,58; prestação = \$ 19.457,12. Qual o valor dos juros?

- A) \$ 26.332,33
- B) \$ 35.656,87
- C) \$ 9.324,54
- D) \$ 29.589,70
- E) \$ 16.199,75

QUESTÃO 17

Uma determinada entidade começou suas atividades em 01/01/X1, com saldo de caixa de \$ 1.000 e capital social de \$ 1.000. Em 31/12/X1 apresentou os seguintes saldos contábeis: Receita de vendas = \$ 1.200; Custo das mercadorias vendidas = \$ 950; Despesas operacionais = \$ 200; Contas a pagar = \$ 50; Clientes = \$ 250. Considerando estes dados o saldo de Caixa em 31/12/X1 é de:

- A) \$ 150
- B) \$ 850
- C) \$ 1.280
- D) \$ 1.050
- E) \$ 740

QUESTÃO 18

Com relação ao Sistema Tributário Nacional:

1. O Supremo Tribunal Federal (STF) firmou o entendimento de que existem três espécies de tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria.
2. Somente uma lei complementar pode revogar ou alterar o Código Tributário Nacional.
3. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) apenas estabelece competências, não cria tributos. A competência tributária, por sua vez, é absolutamente indelegável.
4. A capacidade tributária ativa pode ser delegada para pessoas meramente administrativas, tais como as empresas públicas.
5. Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) 2 e 5.
- B) 1, 2 e 5.
- C) 5.
- D) 1, 3 e 4.
- E) 2, 3 e 5.

QUESTÃO 19

No que se refere às limitações ao poder de tributar e aos princípios constitucionais tributários, assinale a única assertiva verdadeira.

- A) Todas as limitações ao poder de tributar estão previstas na Constituição Federal de 1988, mais especificamente no capítulo que regulamenta o Sistema Tributário Nacional.
- B) O princípio da anterioridade do exercício financeiro estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- C) Segundo entendimento do STF, norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- D) Determinados tributos, como o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros, não estão sujeitos ao princípio da legalidade tributária.
- E) Não contraria o princípio da igualdade, previsto no art. 150, inc. II, da CF/88, lei que estabeleça alíquota única de imposto de renda, que incida igualmente sobre todas as rendas e proventos auferidos pelo contribuinte, porquanto tal princípio reza que todos os contribuintes devem ser tratados da mesma forma.

QUESTÃO 20

Sobre os princípios constitucionais tributários, é correto afirmar:

- A) A Constituição Federal de 1988 estabelece que o princípio do não-confisco sofre exceção quanto à instituição dos Impostos Extraordinários de Guerra (IEG), posto que, neste caso, o bem maior a ser tutelado é a vida e não a propriedade do contribuinte.
- B) No tocante ao tráfego de bens e à circulação de pessoas, é possível a cobrança de tributos interestaduais.
- C) Os entes federativos podem cobrar pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- D) À União é vedado conceder incentivos fiscais regionais, sob pena de ferir o princípio da uniformidade geográfica. Em decorrência dessa proibição, a lei que criou a SUDENE foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e, conseqüentemente, a referida autarquia foi extinta..
- E) Não feriria o princípio da não-discriminação tributária o fato de o Município de Gravatá estabelecer alíquotas diferenciadas sobre serviços realizados em seu território, prestados por estabelecimentos localizados no Município de Caruaru, desde que tal incentivo fosse devidamente autorizado por meio de decreto do chefe do Poder Executivo Municipal.

QUESTÃO 21

Suponha que tenha sido publicada uma lei aumentando a alíquota do Imposto Territorial Rural (ITR) em 12 de julho de 2007. Diante da situação hipotética, atentando-se para os princípios da anterioridade nonagesimal e da anterioridade do exercício financeiro, a referida lei somente poderá ser aplicada:

- A) no dia 12 de outubro do mesmo ano, haja vista o fato de o ITR não estar sujeito ao princípio da anterioridade do exercício financeiro.
- B) na mesma data de sua publicação, porquanto o ITR não se submete a nenhum dos princípios acima referidos.
- C) tal lei não teria aplicabilidade, pois o ITR apenas pode ser majorado através de emenda constitucional.
- D) no dia 1º de janeiro de 2008, já que o ITR se sujeita a ambos os princípios citados.
- E) no dia 1º de março de 2008, contados, pois, noventa dias do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

QUESTÃO 22

Acerca das imunidades tributárias, é verdadeira a afirmação:

- A) A Constituição Federal de 1988 prevê imunidades tributárias apenas no que refere à instituição de impostos.
- B) Com base no art. 150, VI, da CF/88, aos Municípios é vedada a cobrança de contribuições de melhoria dos templos de entidades religiosas.
- C) A imunidade tributária recíproca abrange as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, com relação ao seu patrimônio, renda e serviços, ainda que não vinculados às suas finalidades essenciais, nem delas decorrentes, porquanto se tratam de pessoas jurídicas de direito público interno.
- D) Pode-se afirmar, quanto à vedação da instituição de impostos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios sobre livros, jornais e periódicos, que se trata de imunidade subjetiva, posto que direcionada diretamente às editoras, livrarias e demais empresas que realizem operações relacionadas com esses bens.
- E) Aos Municípios é vedada a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive de suas fundações.

QUESTÃO 23

Quanto à competência tributária, é correto afirmar:

- A) A competência para a instituição do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) é comum, cabendo à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- B) No uso de sua competência residual, os municípios podem instituir tributos de competência dos Estados, desde que estes não o façam.
- C) O Distrito Federal possui competência para instituir os tributos estaduais e municipais.
- D) Caso os Territórios Federais sejam divididos em municípios, à União, no uso da competência cumulativa, cabe a instituição dos impostos municipais.
- E) O rol dos impostos federais é absolutamente exaustivo, sendo vedada à União a criação de novos impostos diferentes daqueles já previstos na Constituição Federal de 1988.

QUESTÃO 24

De acordo com a Constituição Federal de 1988, marque a única alternativa que indica o imposto que será informado pelos critérios da generalidade, universalidade e progressividade:

- A) Imposto sobre a propriedade territorial rural.
- B) Imposto sobre produtos industrializados.
- C) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- D) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- E) Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.

QUESTÃO 25

Sobre os empréstimos compulsórios, assinale a alternativa correta.

- A) São tributos de competência comum, podendo ser instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- B) Têm a finalidade, em algumas hipóteses, de emprestar, às pessoas jurídicas de direito público interno, dinheiro para a realização de determinada obra pública, devendo ser devolvido em moeda corrente após a sua conclusão.
- C) Não se submetem aos princípios da noventena e da anterioridade do exercício financeiro os empréstimos compulsórios instituídos em razão de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência.
- D) A Constituição Federal de 1988 prevê que a instituição dessa espécie tributária deve dar-se por meio de lei ordinária específica.
- E) Segundo o STF, o ressarcimento dos empréstimos compulsórios deve ser feito através da entrega de títulos da dívida ao contribuinte, constando destes a previsão de atualização monetária.

QUESTÃO 26

Quanto à competência tributária dos Municípios, analise as afirmativas abaixo.

1. O STF declarou a inconstitucionalidade da taxa de iluminação pública, por entender que o serviço de iluminação pública não atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, próprios das taxas.
2. As taxas, em determinadas ocasiões, poderão ter a base de cálculo própria de impostos, como é o caso da taxa de serviços urbanos, que utiliza como base de cálculo a localização e a área do imóvel, semelhante, pois, à base de cálculo do IPTU.
3. Aos Municípios compete a instituição do imposto sobre serviços de transporte intermunicipal.
4. Compete à União instituir o imposto sobre a propriedade territorial rural, todavia a competência legislativa para aumentar esse tributo pode ser delegada aos Municípios.

Está (ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) 1 e 3.
- B) 1, 2 e 4.
- C) 2, 3 e 4.
- D) 1.
- E) 1 e 2.

QUESTÃO 27

No tocante aos impostos municipais, verifique a veracidade das seguintes afirmativas:

1. De acordo com o STF, é inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da EC 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
2. Compete aos Municípios instituir o imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis, desde que não onerosa.
3. Segundo entendimento do STF, é inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel.
4. Os serviços passíveis de tributação pelos Municípios devem estar definidos, obrigatoriamente, em lei complementar.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 2 e 4
- C) 1, 2 e 4.
- D) 1 e 3.
- E) 2 e 3.

QUESTÃO 28

Quanto à repartição das receitas tributárias, prevista nos artigos 157 a 162 da Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar:

- A) Apenas os impostos sofrem repartição de receitas tributárias.
- B) A repartição de receitas tributárias pode ocorrer de ente federado menor para o maior.
- C) Pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza da União, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título pelos Municípios. Entretanto, está excluído da repartição o produto da arrecadação desse mesmo imposto com relação às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelos Municípios.
- D) De acordo com a CF/88, vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios pertencem aos municípios.
- E) No que se refere ao Imposto Territorial Rural, cem por cento de sua arrecadação pertencem aos Municípios, desde que estes optem, na forma da lei, por fiscalizar e cobrar o imposto.

QUESTÃO 29

Com relação às receitas decorrentes de transferências constitucionais, bem como às renúncias de receitas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), assinale a única alternativa correta.

- A) A competência para instituição do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) pertence aos Estados da Federação, todavia a totalidade da receita proveniente desse tributo deve ser transferida ao Município em que esteja registrado o veículo;
- B) A competência para instituição do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) pertence aos Estados da Federação, todavia a totalidade da receita proveniente desse tributo deve ser transferida ao Município em que ocorra o fato gerador;
- C) A alteração da alíquota do imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE), quando feita para menor constitui renúncia de receita, de modo a ser possível a aplicação do art. 14 da LRF;
- D) A renúncia de receita prevista da LRF compreende, por exemplo, a anistia, a remissão, o subsídio e o crédito presumido;
- E) O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) se constituirá de receitas provenientes apenas dos Estados. A União, por sua vez, possui a obrigação constitucional de contribuir apenas com o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

QUESTÃO 30

De acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional acerca da dívida ativa tributária, analise as seguintes afirmativas:

1. A dívida regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
2. Entre outros requisitos, o termo de inscrição em dívida ativa deverá indicar, obrigatoriamente, a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
3. A omissão de quaisquer dos requisitos do termo de inscrição previstos no CTN é causa de nulidade da inscrição, que poderá ser sanada, a qualquer tempo, mediante a substituição da certidão nula.
4. A dívida ativa tem o efeito de prova pré-constituída.

Somente é **correto** o que se afirma em:

- A) 2 e 3.
- B) 1, 2 e 4.
- C) 2 e 4.
- D) 1 e 3.
- E) 2, 3 e 4.

RAASCUNHO

Texto 1

A praga das mensagens indesejadas

Quem quer que utilize o correio eletrônico ou navegue na Internet sabe o quanto é irritante o recebimento de mensagens não solicitadas, geralmente de caráter comercial, às vezes infestadas por programas maliciosos, destinados à apropriação de dados para fins fraudulentos. Pois agora essa praga se espalha pelos telefones celulares. *Spam*, como é conhecida mundialmente essa prática, provém do termo inglês *span*, que, na sua forma verbal, tem o significado de ‘estender ao redor, propagar’. Os internautas atribuem à expressão o sentido da emissão de mensagens comerciais em profusão, seja pelo correio eletrônico (e-mail), seja pelos programas de comunicação instantânea, ou pela abertura automática de janelas nas páginas da teia de navegação (web), nos canais de conversação (chats) e nos celulares, por meio de mensagens de texto (sms).

Nos Estados Unidos, essa última modalidade de *spam*, as mensagens indesejadas de texto para celulares, começa a causar maior preocupação, pois, ao inconveniente da perda de tempo com a abertura e a exclusão, soma-se o prejuízo financeiro, já que algumas operadoras cobram por sms recebido. O problema é que esse meio passou a ser maciçamente usado para propaganda. Dentre os danos causados pelo recebimento maciço de mensagens indesejadas pelo celular contam-se, ainda, o ruído decorrente de repetidos alarmes sonoros e o preenchimento do espaço de armazenamento de dados no aparelho, causando, se atingido o limite máximo, o travamento de funções. É inegável, portanto, que essa prática dos emissores de mensagens comerciais causa prejuízos aos destinatários e se reveste, pelo menos, de imprudência. (...)

Mas o usuário do celular tem ao seu dispor o poder de acionar a Justiça para cobrar do emissor da mensagem e da empresa de telefonia, em caso de recusa em bloquear o envio de mensagens comerciais não solicitadas, a reparação de danos materiais e morais, estes pelo sofrimento acarretado pelo recebimento de *spam*. (...) Além disso, a Polícia Federal tem instaurado diversos inquéritos para apurar a invasão de computadores para obtenção de senhas e dados dos usuários com o intuito de realizar saques em contas bancárias ou a utilização de cartões de créditos clonados.

Já são dezenas de processos penais em curso, com acusados presos, mas a prática continua se alastrando. O internauta pode colaborar na repressão desses crimes, comunicando à autoridade policial o recebimento de mensagens suspeitas. O endereço eletrônico disponível para informação dessa natureza é o da Divisão de Comunicação Social do DPF: dcs@dpf.gov.br

Lázaro Guimarães. *Diário de Pernambuco*, 25 de maio de 2008, p. A15.
Adaptado.

QUESTÃO 31

Do ponto de vista temático, o Texto 1 aborda, prioritariamente:

- A) as mais recentes novidades tecnológicas na área da telefonia celular.
- B) as ações que podem ser impetradas por internautas, na Polícia Federal.
- C) o prejuízo financeiro e moral dos usuários de celulares, nos Estados Unidos.
- D) as medidas necessárias para os internautas nunca receberem spams.
- E) as conseqüências, para o usuário, do envio de mensagens não desejadas.

QUESTÃO 32

É correto afirmar que o Texto 1 tem, como principais funções:

- A) atestar e criticar.
- B) comentar e informar.
- C) prescrever e ensinar.
- D) explicar e avaliar.
- E) instruir e contestar.

QUESTÃO 33

Acerca da organização geral do Texto 1, analise o que se afirma a seguir.

- 1. No primeiro parágrafo, o autor traça um panorama do assunto a ser tratado, de maneira que o tema fica, aqui, claramente introduzido.
- 2. No segundo parágrafo, o autor introduz um ponto de vista contrário ao que havia apresentado anteriormente, para poder, em seguida, cotejar posicionamentos distintos.
- 3. Nos dois últimos parágrafos, o autor aponta caminhos por meio dos quais os leitores podem defender-se em relação ao problema apresentado ao longo do texto.
- 4. O Texto 1 é um bom exemplo de texto inconcluso, ou seja, podemos perceber, nele, pistas explícitas de que ele terá uma continuação.

Estão corretas:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1 e 2, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 2 e 3, apenas.
- E) 2 e 4, apenas.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa que corresponde ao sentido do título do Texto 1.

- A) As mensagens indesejadas são uma praga.
- B) Há praga nas mensagens indesejadas.
- C) É indesejado receber praga nas mensagens.
- D) Mensagens com praga são indesejáveis.
- E) Nas mensagens, a praga é indesejada.

QUESTÃO 35

“Além disso, a Polícia Federal tem instaurado diversos inquéritos para apurar a invasão de computadores para obtenção de senhas e dados dos usuários com o intuito de realizar saques em contas bancárias ou a utilização de cartões de créditos clonados.” – A análise das relações lógico-semânticas desse trecho nos permite afirmar corretamente que, nele, prevalecem as relações de:

- A) causa.
- B) tempo.
- C) finalidade.
- D) adição.
- E) condição.

QUESTÃO 36

“Quem quer que utilize o correio eletrônico ou navegue na Internet sabe o quanto é irritante o recebimento de mensagens não solicitadas”. Nesse trecho, o segmento destacado tem o mesmo sentido de:

- A) se alguém deseja utilizar.
- B) qualquer pessoa que utilize.
- C) quando alguém utiliza.
- D) depois de utilizar.
- E) ao se utilizar.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa na qual as normas vigentes de regência (nominal e verbal) foram seguidas.

- A) Já se pensa em criar uma legislação específica para os crimes ligados à Internet, devido o grande número de queixas registradas.
- B) Todos agradecem o bom trabalho da Polícia Federal no que tange a freqüente invasão de computadores.
- C) Infelizmente, profissionais que trabalham com a criação de recursos antispam não têm alcançado os resultados que aspiram.
- D) Denúncias de invasão de computadores são necessárias à consolidação de políticas de combate a essa prática abusiva.
- E) Muitas pessoas querem denunciar práticas fraudulentas via Internet, mas têm dificuldade de encontrar as informações que necessitam para realizar essa tarefa.

Texto 2

Como não se tornar um *spammer*

Muitas pessoas, mesmo sem perceber, em algum momento já enviaram uma corrente da sorte, uma lenda urbana ou algo parecido. Para não se tornar um *spammer*, mesmo entre amigos, é importante respeitar algumas dicas, como seguir as normas da etiqueta (Netiqueta); procurar informações a respeito dos diversos e-mails que você receber, para não correr o risco de reiniciar a propagação de lendas urbanas ou boatos; antes de enviar um e-mail, refletir se seu conteúdo será útil ou de interesse do grupo para o qual pretende remetê-lo; não usar listas de mala direta ou particulares de amigos de terceiros para enviar propaganda ou quaisquer divulgações pessoais e procurar refletir antes de repassar e-mails suspeitos, tais como: boatos, lendas urbanas e, até mesmo, golpes. A regra geral é: na dúvida, não envie.

Disponível em: <http://www.antispam.br>. Acesso em 30-05-2008. Adaptado.

QUESTÃO 38

As informações dos Textos 1 e 2 nos ajudam a inferir que ‘*spammer*’ significa:

- A) alguém que já enviou uma corrente da sorte, uma lenda urbana ou algo parecido.
- B) um internauta que, com freqüência, recebe spam via mensagens comerciais em profusão.
- C) o usuário do celular que não sabe como acionar a Justiça, em caso de receber spam.
- D) alguém que, entre amigos, não costuma seguir as normas de etiqueta da Net.
- E) alguém que envia spam em suas mensagens, ainda que sem a intenção de fazê-lo.

QUESTÃO 39

“A regra geral é: na dúvida, não envie.” – Podemos reconhecer, nessa regra, uma relação semântica de:

- A) condição.
- B) causa.
- C) conseqüência.
- D) conclusão.
- E) oposição.

QUESTÃO 40

O Texto 2 nos permite concluir que, para não se tornar um *spammer*, uma pessoa deve ser, principalmente:

- A) tranqüila.
- B) capacitada.
- C) respeitadora.
- D) prudente.
- E) sensível.